

3.

Lugares, o contexto da orientação urbana

O contexto da sinalização urbana é a cidade, que por sua vez é formada pela junção de diferentes lugares.

Palavra subjetiva, um lugar deve caracterizar alguma particularidade, que o diferencie em relação a outro. “Os lugares correspondem à arquitetura ou ao design do espaço da cidade”, diz Ferrara, complementando:

O lugar é o espaço da cidade objetiva e individualizada que questiona o abstrato homogêneo global pela sua dinâmica diferença vital, ou seja, o lugar salienta as dimensões ou conseqüências sociais do processo de globalização (.FERRARA, 2002, p. 15).

“O lugar pode ser um bairro, uma avenida, o ambiente local, que se diferencia no conjunto da paisagem urbana”, diz Castells (1996). Por tanto, a morfologia é um forte componente da definição do lugar, mas também a forma como o espaço é utilizado:

O espaço construído tem uma dupla caracterização: de um lado, demarca as formas de apropriação do espaço urbano; de outro, estas marcas representam o elemento comum de mútuo pertencer entre o espaço e a coletividade que o dinamiza. Nesta dimensão, o design do espaço é sua apropriação e identidade social (FERRARA, 2002, p. 15).

O lugar é dotado de particularidade, de identidade, é “uma densidade complexa e única” (FERRARA, 2002), que o diferencia do todo:

Essa unidade (...) atribui ao espaço uma sintaxe, uma lógica que explica o design do lugar no espaço e supõe definir seus componentes e o processo que o atualiza. Esses componentes sintetizam-se em informação, imagem e memória. Porém esses três elementos não operam isoladamente, pois, como caracterizam aquela unidade complexa, atuam em simbiose e, à maneira de um sistema, são os vetores operativos e construtivos do design dos lugares na cidade (FERRARA, 2002, p. 16).

Uma das riquezas da Cidade do Rio de Janeiro é ser uma cidade com multiplicidade de espaços:

“uma cidade com multiplicidade de espaços, é uma cidade mais rica, do que uma cidade totalmente uniforme, uma cidade com diversidade funcional também é melhor que uma cidade monofuncional, e o Rio de Janeiro tem diversidade espacial, que deve ser valorizada ao invés de ser estigmatizada” (MAGALHÃES, entrevista, 2007)

Magalhães lista uma serie de diferentes tecidos urbanos, apenas no centro da Cidade do Rio de Janeiro: o centro colonial, o centro das grandes instituições, o tecido do Morro da Conceição o tecido da prefeitura, o tecido da favela de São Carlos, o de Santa Teresa, etc.

As favelas*¹ fazem parte dessa diversidade, mas não como uma coisa só. Também elas possuem diferenças entre si. As vizinhanças geram vínculos que influenciam a cultura local:

“a favela reproduz culturalmente a região onde ela está inserida. O morador da Rocinha (...) ou do Vidigal (...) tem um vínculo cultural muito mais forte com a classe média da zona sul do que identidade com o morador da favela da Penha, por exemplo”. (MAGALHÃES, entrevista, 2007)

Mas para o olhar forasteiro dos moradores da cidade formal, a favela é estigmatizada a partir de uma identidade negativa como veremos adiante.

2.1 Identidades

¹ A palavra favela carrega consigo um forte estigma discricionário que vem sendo denunciado exhaustivamente. Ainda assim, seu emprego é corrente entre os diferentes setores da sociedade, inclusive por seus próprios moradores e por vezes será empregada neste trabalho de forma natural. De forma semelhante empregamos corriqueiramente a palavra “aluno”, cuja origem latina vem do significado “sem luz” ou não “iluminado”, o que certamente não condiz com o conceito que se tem de um estudante.

Identidade, segundo Castells (1999, p.22), corresponde à “fonte de significado e experiência de um povo” e ao “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

As pessoas resistem ao processo de individualização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento e, em muitos casos, uma identidade cultural comunal, acredita Castells (CASTELLS, 1996, p.79).

Estudando por dez anos os movimentos sociais urbanos no mundo todo, Castells sugere que as pessoas se socializam e interagem em seu ambiente, seja ele a vila, a cidade ou o subúrbio, formando redes sociais com seus vizinhos.

...os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos) estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. (CASTELLS, 1996, p.79)

As diversas redes de relacionamentos produzem identidades complexas, como exemplificado pela citação de Magalhães (2007) no item anterior, onde se percebe a existência de uma identidade regional entre moradores de partes formais e informais de um mesmo bairro, e uma identidade sócio-econômica entre o conjunto de moradores informais que, embora possam estar territorialmente afastados, aspiram por conquistas semelhantes frente ao poder público. “Identidades locais entram em interseção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas” (CASTELLS, 1996, p. 79).

Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. Castells distingue três modos de construção de identidade – legitimadora, de resistência e de projeto – e descreve-as da seguinte forma:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais...

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo oposto a estes últimos...

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1996, p.22)

2.2

O espaço informal

Na visão de Mike Davis (DAVIS, 2006), a favela é um fenômeno mundial baseado na rápida urbanização e na forte acumulação de capital, decorrente do mundo capitalista neoliberal. Estamos vivendo na era das cidades. Em pouco tempo, a população urbana da Terra será mais numerosa do que a rural no Terceiro Mundo (DAVIS, 2006).

Esta urbanização aconteceu de forma acelerada. O mercado imobiliário não conseguiu fazer frente a esta grande demanda por novas moradias, o que supervalorizou os terrenos nos grandes centros urbanos.

As cidades, hoje com 3,2 bilhões de habitantes, serão responsáveis pela quase totalidade do crescimento populacional do mundo, cujo pico de cerca de 10 bilhões de pessoas é esperado para 2050. “Noventa e cinco por cento desse aumento total da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento, cuja população dobrará para quase 4 bilhões de pessoas na próxima geração” (DAVIS, 2006, p. 14).

Desde 1970, o índice de crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou os da urbanização formal.

Segundo a ONU, o mercado imobiliário ilegal ou informal forneceu terreno para a maioria dos acréscimos de moradias na maior parte das cidades dos países mais pobres nos últimos trinta ou quarenta anos” (UN-Habitat, in DAVIS, 2006, p. 27).

Na década de 1990, o Banco Mundial advertia que a pobreza urbana se tornaria “o problema mais importante e politicamente explosivo do próximo século” (DAVIS, 2006, p. 31). Em um relatório denominado “The Challenge of Slums” (O desafio das favelas), publicado em 2003, a ONU comunicava a proliferação desordenada de favelas no hemisfério sul (Id., *ibid.*). Davis aponta este relatório como a “primeira auditoria verdadeiramente global da pobreza urbana”, e significa, segundo ele, “o ponto culminante de dois séculos de reconhecimento científico da vida favelada”, que teve início em 1805 com “Survey of Poverty in Dublin” (Estudo da pobreza em Dublin), de James Whitelaw.

Existem provavelmente mais de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas (DAVIS, 2006, p. 37). Esta realidade, aliada à análise de inúmeros documentos e indicadores, leva Davis a afirmar que:

...as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira (DAVIS, 2006, p.28).

A discrepância entre a realidade dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos é enorme. Para Davis, o capitalismo neoliberal, a partir de 1970, multiplicou exponencialmente a quantidade de habitações informais:

Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global. (DAVIS, 2006, p.28).

Os dados aqui apresentados demonstram que o aumento acelerado das favelas nos países do hemisfério sul constitui um fenômeno global, cuja reversão parece longe de ser visualizada. No Brasil o percentual da população urbana que vive em favela é estimado em 36%, segundo estudos de 2003 do UM-Habitat e uma média obtida de fontes diversas (DAVIS, 2006, p.34).

As favelas surgem nos vazios urbanos. A Cidade do Rio de Janeiro, espalhada ao redor de montanhas, possui, além dos vazios de sua malha urbana, uma extensa área destina a preservação florestal da Mata Atlântica existente nos diversos morros

que brotam no meio da cidade. Sua legislação urbanística proíbe construções acima da cota de 100 metros a partir do nível do mar. Esses espaços vazios, geograficamente privilegiados, são hoje, em boa parte, ocupados por construções informais, muitas delas com uma localização e visão panorâmica da cidade que poucos bairros de classe alta oferecem, o que de certa forma lhe confere um ar democrático.



Figura 2.1- Vista panorâmica no Vidigal.

Apesar disso, e de muitos ainda considerarem as praias e parques cariocas espaços democráticos de lazer, promotores da integração entre as diferentes classes sociais, o tecido urbano do Rio de Janeiro tem apresentado cada vez mais aspectos de fragmentação e segregação: a zona oeste e seus condomínios fechados, os grandes *shoppings centers*, centros de lazer e comércio cujo acesso é controlado e restrito, as favelas, ou, os espaços informais da cidade, onde um código específico e desconhecido do morador da cidade formal restringe o direito de ir e vir.

Em muitos desses espaços informais, a presença do poder paralelo é uma realidade enraizada e a atuação da prefeitura é muito deficiente, e quando acontece, é na maioria das vezes por intermédio da polícia civil e militar, de forma violenta, desrespeitando a integridade física e moral dos moradores, como se estes não fossem cidadãos que contribuem com parte de seu salário para que aqueles serviços sejam prestados.



Figura 2.2 - Policiais invadindo o Morro do Adeus, na zona norte do Rio.

Um dos fatores que aceleraram o crescimento das favelas na Cidade do Rio de Janeiro foi a entrada maciça de imigrantes. No entanto, para Campos (2005, p.82) “esta variável só é verdadeira até a década de 1970”. A partir daí, o baixo crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro pode ser apontado como o responsável pelo aumento da população das favelas e da chegada do comércio de drogas em seu interior:

...nas décadas de 70 e 80, sobretudo na última, o Rio viu surgir em suas favelas, nas vielas irregulares e estreitas, o comércio de drogas de varejo, com características jamais vistas na cidade. (CAMPOS, 2005, p.83)

2.3

A favela vista como problema

A origem da favela na cidade, segundo Andreelino Campos, remonta ao surgimento dos quilombos. Algumas das favelas existentes ainda hoje, como é o caso do Borel, localizam-se em espaços originalmente ocupados por quilombos. Conforme pesquisa do autor:

...os estigmas vividos hoje pela população favelada são anteriores à existência da própria favela. Em sendo assim, temos a necessidade de buscar explicações na formação sócio-

espacial do sistema escravista, ou seja, nos quilombos (espaços de resistência criados pelos negros fugidos do cativeiro).

...algumas dessas apropriações espaciais, sobretudo aquelas próximas às freguesias urbanas, ao perderem a função de espaço de luta – resistência – e tendo em vista a Abolição, continuaram a ser ocupadas, transmutando posteriormente em favelas. (CAMPOS, 2005, p.51)

É consenso, entre os estudiosos dos espaços informais, que foi a partir do Morro da Favella, atual Morro da Providência, que começou a generalizar-se, na imprensa, a associação do termo “favela” à imagem de “perigo” e desordem (SILVA, 2005, p.27). Valladares confirma:

De fato, a leitura de textos escritos no início do século leva a associar o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, ao povoado de Canudos, no sertão baiano. Na verdade, as duas histórias se sobrepõem, pois foram antigos combatentes da guerra de Canudos que se estabeleceram no Morro da Providência, a partir daí denominado Morro da Favella. (VALLADARES, 2005, p.29)

Segundo Valladares, a maior parte dos comentaristas apresenta duas razões para essa mudança de nome:

1ª.) a planta favella, que dera seu nome ao Morro da Favella – situado no município de Monte Santo, no Estado da Bahia, ser também encontrada no Morro da Providência; e 2ª.) a feroz resistência dos combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, durante a guerra de Canudos, ter retardado a vitória final do exército da República, e a tomada dessa posição representado uma virada decisiva da batalha. (VALLADARES, 2005, p.29)

A generalização do nome favela, portanto, teve origem na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Sobre as duas explicações acima citadas, Valladares salienta o caráter simbólico da segunda, que “remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador”.

Zilly observa que, “sem Euclides da Cunha e seu livro seminal, essa epopéia dos sertões da Bahia, ocorrida nos últimos anos do século XIX, não teria hoje a importância que lhe foi atribuída na história da Primeira República” (in VALADARES, 2005, p. 30).

Apesar da primeira edição do livro (1902) ter sido posterior ao momento em que o Morro da Providência foi rebatizado como Morro da Favella, as imagens

veiculadas pelos *Sertões* permitiram que os intelectuais brasileiros compreendessem e interpretassem a favela emergente, é o que sustenta Valladares (2005, p. 30)

Campos aponta um acontecimento igualmente importante, ligado à guerra do Paraguai e anterior à promulgação da Lei Áurea, que em 1888 extinguiu por completo a escravidão no Brasil, como marcante para o aparecimento do tipo de ocupação considerado favela no Rio de Janeiro:

Por ocasião da Guerra do Paraguai (1865-1870), segundo CUNHA (1985:44-5), o governo [imperial] havia prometido alforria aos escravos que fossem combater. Tudo leva a crer que o oferecimento foi tomado de sucesso, apesar da “grita dos senhores de escravos” (id.,ibid.). Não obstante a ausência na literatura, a arregimentação ocorreu em todas as províncias. O fim da Guerra do Paraguai teve como consequência a desterritorialização – entendida como o ato de perder ou ser retirado do território apropriado em que se vive – de parte dos retornados, pois a arregimentação de indivíduos para o combate efetuada em várias províncias deixou-os sem ter para onde voltar. Portanto, o acampamento nas proximidades do Ministério da Guerra foi a solução provisória, assim como provisória foi a ocupação dos cortiços e das encostas da área central. (CAMPOS, 2005, p.55, 56)

Na década de 1870, a cidade do Rio de Janeiro vivia uma crise habitacional, em que “a população pobre, predominantemente negra, procurava os cortiços e as casas de cômodos para permanecer nas proximidades do pólo gerador de empregos, a área central da cidade” (CAMPOS, p.55).

Como anteriormente descrito, os cortiços da cidade eram considerados o “lôcus” da pobreza no século XIX, e estudos sobre este tipo de moradia demonstram que sua destruição provavelmente constitui uma das mais evidentes causas da formação das favelas:

Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades. (VALLADARES, 2005, p.24)

A destruição dos cortiços tornou-se uma política constante, a partir deste período, como medida necessária para a desobstrução do centro da cidade, que então sofria grandes intervenções urbanas, com obras monumentais ao exemplo do arrasamento do Morro do Castelo e a abertura das atuais avenidas Rio Branco e Presidente Vargas.

Campos (2005), ainda identifica fatos isolados no incremento das áreas faveladas da Cidade do Rio de Janeiro, como a política higienista e a conseqüente derrubada dos cortiços, com a abertura de grandes avenidas, o retorno dos combatentes das guerras de Canudos e do Paraguai, além da longínqua formação dos espaços de resistência dos quilombos. A respeito da política higienista, comenta:

A ação do Estado, em meados do século XX, visava ao descongestionamento da área central, afastando os moradores através da destruição das moradias. Na literatura em geral, entretanto, encontramos posições que generalizam a situação, não qualificando os atores que mais sofreram a ação do Estado. Assim, os cortiços foram postos abaixo a partir da ideologia higienista, pela qual os intelectuais-médicos buscavam justificar a necessidade da remoção das pessoas. (CAMPOS, 2005, p.60)

A ideologia higienista constitui-se no momento da história urbana em que se desencadeia uma grande campanha de denúncia contra as moradias irregulares, incluindo as favelas, que àquela altura não representavam ainda uma tipificação expressiva da moradia informal. Às argumentações a respeito da inadequação e insalubridade daquelas moradias, contidas nos escritos de jornalistas, “juntaram-se vozes de médicos e engenheiros, preocupados com o futuro da cidade e sua população” (VALLADARES, 2005, p. 36).

No ano de 1905, durante a grande reforma do centro da cidade promovida pelo prefeito Pereira Passos, uma comissão formada para dar um parecer sobre o problema das habitações populares, ao tratar do aspecto “técnico-sanitarista”, voltou-se para a questão das epidemias e do contágio, através de estudos minuciosos dos cortiços, casas de cômodos, estalagens, albergues e hospedarias que proliferavam pela cidade decorrentes do intenso aumento populacional, que não se havia feito acompanhar da construção de novas moradias, gerando uma forte crise habitacional (VALLADARES, 2005, p. 37).

Segundo a ótica higienista, médicos e engenheiros consideravam o meio ambiente a fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos e, como consequência, estabeleceram propostas técnicas para o tratar esses males.

A promoção do bem-estar social deveria passar por um planejamento urbano científico, e como, segundo esta ótica, as favelas, os cortiços e todas as formas de

moradias não planejadas opunham-se à racionalidade técnica, deveriam, naturalmente, ser eliminados.

No ano de 1933, em nome da “aeração e da higiene”, com o objetivo de preparar o Rio de Janeiro para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, foi promovida a derrubada do Morro do Castelo. Desde então, o estado conduziu diversas tentativas de conter o crescimento das favelas para, em seguida, eliminá-las, quase sempre de forma autoritária e insuficiente.

Durante o governo Vargas, inicia-se, em caráter provisório, a construção dos parques proletários, “fortemente marcada por uma postura higienista e estética”:

As moradias dos parques proletários eram concebidas como moradias provisórias, um hábitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana. Esses parques também compreendiam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia. As assistentes sociais foram mobilizadas para conhecer a população a ser realojada, acompanhando o processo e participando de sua adaptação às novas condições de vida, sob seu estrito controle (OLIVEIRA, 1981, p.47-50, in Valladares, 2006).

O Parque Proletário Provisório n. 1, na Gávea, construído em 1939, aparece, oito anos mais tarde, na lista de favelas do recenseamento de 1950, e já era considerado um fracasso (VALLADARES, 2006, p.69).

Apesar de todos os esforços, as favelas se proliferaram, e a velocidade com que se multiplicam em todo o mundo para fazer frente à acelerada urbanização mundial preocupa os organismos internacionais, que parecem não vislumbrar a reversão deste processo.

O poder público, dependendo de seu período, lidava com esta realidade, ora tolerando aquilo que considerava indesejado e provisório, ora intervindo de forma autoritária. Em momentos pontuais da história, viu-se mesmo na condição de propiciar o desenvolvimento das favelas, como no episódio da liberação da área do Morro da Favella para a autoconstrução de barracos para moradia dos soldados que regressavam das guerras de Canudos e do Paraguai.

Os investimentos oficiais nestes lugares foram praticamente inexistentes e, quando presentes, ocorreram em função de prejuízos gerados à cidade oficial. A incerteza quanto às condições de vida e a falta de perspectiva sempre fizeram parte da vida dos pobres que habitaram estes lugares informais da cidade. A pouca

perspectiva de que poderiam vir a obter a posse definitiva de sua construção, fazia com que os investimentos do morador se restringisse a um mínimo, ficando quase sempre aquém das condições mínimas para uma moradia digna.

2.4

A favela vista como solução

Desde que os órgãos oficiais responsáveis pelo desenvolvimento da cidade passaram a encarar as favelas como solução, ao invés de problema, muito se tem investigado, discutido e implantado para a melhoria da qualidade de vida nesses locais.

Por amenizar, ainda que de forma precária, o problema do déficit habitacional e da incapacidade do poder público para encontrar soluções ágeis que façam frente ao crescente número de pessoas impossibilitadas de estabelecer moradia nos espaços formais da cidade, a favela pode ser vista como solução.

Procurando uma forma realista de encarar a questão do déficit habitacional, o poder público, através da Secretaria de Habitação, atual Secretaria do Habitat, partiu para realizar melhorias nos diversos lugares informais a partir do que já foi construído pelas comunidades locais, levando em consideração a visão de cada coletividade.

Paisagens urbanas aprazíveis podem surgir das malhas orgânicas das favelas, afirma Sérgio Magalhães, responsável pelo Favela-Bairro, programa de urbanização de favelas mundialmente elogiado. Como exemplo, Magalhães cita Alfama, em Lisboa, e Juderia, em Sevilha que foram favelas no passado, tendo seus moradores criado uma solução residencial orgânica nos moldes das favelas dos morros cariocas. A qualificação urbana posterior lhes conferiu identidade e inserção decisiva nas respectivas cidades.

Na Cidade do Rio de Janeiro, um exemplo semelhante acontece nas localidades da Ilha da Gigóia e Ilha Primeira, inicialmente habitações informais de pescadores, no bairro do Itanhangá, e atualmente, uma aprazível localidade de classe média.

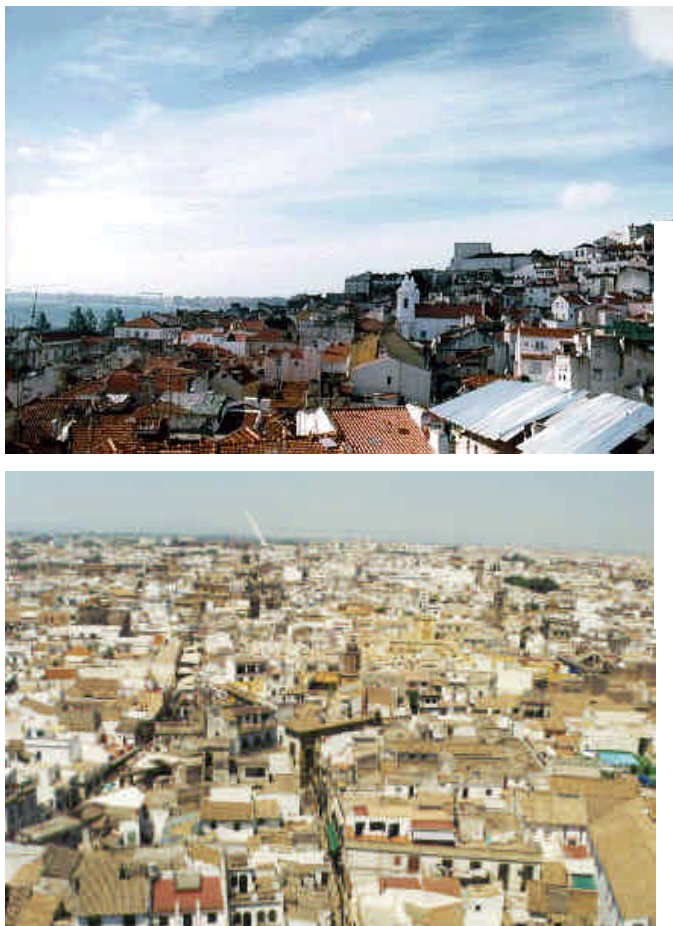


Figura 2.3 - Alfama e Juderia: lugares bucólicos na Europa, de urbanismo orgânico, semelhante às favelas dos morros cariocas.

Mesmo arquitetos habituados a projetar para grandes construtoras de classe média alta, como o arquiteto Paulo Casé percebem o potencial da favela como moradia para as camadas mais favorecidas e tem participado de discussões e idéias para a melhoria da qualidade urbana nessas áreas, aproveitando as flexibilizações concedidas às AEIS (Áreas de Especial Interesse Social) para driblar as imposições do código de obras no restante da cidade, imposições consideradas, por alguns arquitetos, elitistas e responsáveis pela elevação do custo das construções.

O encarte “Revista”, do jornal *O Globo*, apresentou, em novembro de 2005, como matéria de capa com o título “O Rio do Futuro”, um debate entre arquitetos, urbanistas e engenheiros com o objetivo de gerar idéias para a reurbanização dos morros, onde Paulo Casé salienta o potencial estético da malha urbana orgânica, para

a transformação de favelas em “bairros lindos de classe média, em atrações turísticas”.



Figura 2.4- Capa de “Revista”, encarte do jornal O Globo, outubro de 2005: arquitetos e urbanistas apresentam soluções para melhorar a vida nas favelas: visão de quem não é do lugar.

Ainda que se criem mecanismos jurídicos para tentar impedir a troca da população das AEIS (áreas legalizadas após serem atendidas por programas de melhoria urbana) para pessoas de classe média, através da lei da oferta e da procura que impera no mercado imobiliário, existe o risco de que isso possa vir a ocorrer.

Para Carlos Lessa (in MAGALHÃES, 2002, p.11), “a favela é um território que, implantado, segue marcha lenta de auto-aperfeiçoamento. É um sistema potencialmente virtuoso”, e é por esta razão que Magalhães (2002) destaca o necessário respeito pelo esforço popular na hora de se pensar a solução para a moradia de baixa renda, que deve estar alinhada a um urbanismo radicalmente democrático e inspirado pela criatividade social.

Ferrara (2002) diz que “um lugar sempre tem um designativo que o qualifica” (FERRARRA, 2002), e para Jailson de Souza (2005), o que caracteriza a favela é uma série de fatores imprecisos, geralmente um conjunto de ausências, aquilo que falta: “um lugar sem infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo –, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável”. Campos acrescenta:

Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. (CAMPOS, 2005, p.63)

Até um passado recente, as favelas eram constituídas de barracos de madeira e zinco, que foram sendo substituídos por alvenaria à medida que a favela consolidava-se no cenário da cidade, apesar das tentativas de remoção por parte do poder público. A geografia das favelas no Rio de Janeiro não se limita às encostas dos morros. Planícies, baixadas, margens de rios e lagoas foram também sítios de construção de muitas comunidades. Apesar de sua diversidade, as comunidades informais possuem muitas características comuns. Uma delas é o fato de a periferia dos terrenos ocupados ser geralmente mais valorizada que o centro:

As favelas são acêntricas ou, antes, excêntricas. A periferia, a linha que separa a favela do resto da cidade, torna-se o centro simbólico. E o centro não é mais um ponto fixo, é uma linha que se desloca (BERENSTEIN, 2001, p. 105).

A cidade é dinâmica, dotada de vida, como um organismo, uma estrutura complexa que comporta uma infinidade de atividades em constante transformação (Wilheim, 1976, p. 57). Em seus espaços informais, esta dinâmica é bem maior, pela ausência de restrições que resultam de códigos e burocracias legais para o surgimento de novas construções. Aos olhos de Berenstein, arquiteta estudiosa das favelas, a cidade parece fixa quando comparada à favela: “As favelas estão em constante formação, nunca terminam seu desenvolvimento, não cessam de crescer e, sobretudo, não são tão fixas como as cidades ditas formais” (BERENSTEIN, 2001, p.107).

Muitos projetos de intervenção nesses espaços fracassam por desconsiderarem esta dinâmica, segundo Berenstein. Ao mesmo tempo que intervém com melhorias urbanas e confere a propriedade da terra aos moradores, a Prefeitura procura estabelecer barreiras físicas ao crescimento dessas áreas, o que dificilmente logrará êxito enquanto os efeitos da política neoliberal, apontados por Mike Davis, continuarem promovendo a concentração de renda e a desigualdade social.

Seja como for, é fundamental para a qualidade de vida no Rio de Janeiro, que o ideal de espaço público como espaço democrático de interação social seja promovido. A orientação do espaço, apontada como um dos nove fatores urbanos que

contribuem para a melhoria da qualidade de vida por Wilhelm (1976, p. 147), deve, em alguma medida, incluir os espaços informais, incorporados à cidade através das AEIS – Área de Especial Interesse Social – nos roteiros do cidadão comum. Neste caso, devem merecer especial atenção nos projetos urbanísticos das AEIS.

2.5

A identidade estigmatizada legitimadora da favela

Os aspectos topológicos, socioeconômicos, culturais e políticos que definem a favela, ou que limites determinam o que faz um lugar caracterizado como favela, são obscuros e preconceituosos.

Os autores de *The Challenge of Slums* (2003) usam o que Davis chama de “definição clássica da favela”, adotada em uma reunião da ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, que evita as “dimensões sociais”, mais difíceis de medir:

“caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia” (DAVIS, 2006, p.33).

Para muitos cariocas, a palavra “favela” remete à imagem dos morros ocupados de forma desordenada (VALLADARES, 2005), ou, para usar um termo isento de teor crítico, de forma “orgânica”. Mas as favelas não existem apenas nos morros. Podem ser planas, grandes ou pequenas, violentas ou não, afastadas ou próximas dos grandes centros. A idéia de ocupação e de ilegalidade urbana também acompanha o termo.

Desde 1937, em seu código de obras, artigo 349, a prefeitura da cidade tenta caracterizar a favela. Este documento surgiu com o propósito de pôr fim à tolerância do poder público com as iniciativas de construção informais, situando-as terminantemente na ilegalidade:

Art. 349 – A formação de favelas, isto é, conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida. (In VALLADARES, 2005, p. 52)

A favela carioca atual, em sua grande maioria, possui características diferentes. Os casebres construídos com materiais improvisados deram lugar a construções de

alvenaria e laje de concreto armado, e a despeito da pretensão do código de obras de paralisar o seu crescimento, hoje 752 favelas abrigam 18,7% da população (VALLADARES, 2006, p. 13). Nas maiores, como a Rocinha, as construções iniciaram um processo de verticalização, atingindo, em alguns pontos, cinco andares.

Uma definição oficial e atual de favela consta no Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, de 1992, em seu artigo 147, que a define como se segue:

É a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”. (PLANO DIRETOR, 1992:20)

Na visão de Silva(2005), o eixo da representação da natureza da favela continua sendo a noção de ausência:

“Ela é sempre definida pelo que *não teria*: um lugar sem infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo –, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável. Ou seja, o caos” (SILVA, 2005, p. 24).

Burgos (in ZALUAR, 2004:48) lembra que, enquanto a definição de favela no Plano Diretor de 1992 limita-se a uma leitura puramente espacial, definições oficiais anteriores atribuíam inclusive características morais e culturais aos moradores da favela. A definição elaborada em 1968 pela então recém-criada CHISAM (Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), cujo objetivo era ditar uma política única de favela para os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, descrevia a favela como um “espaço urbano deformado”, habitado por uma “população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não pagam impostos” e, por este motivo, entendia que:

A família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver. (VALLA, 1984, in Zaluar – org., 2004, p. 36)

A visão tão “homogeneizadora” e “negativa” que se tem da favela impressionam Silva (2005), que viveu no Complexo da Maré. Interessa-lhe entender

por que esta visão teria se tornado tão hegemônica na cidade, a ponto de fazer com que espaços tão distintos recebam a mesma denominação (favela), que traz consigo uma categorização depreciativa:

Nem parece que as favelas podem ser localizadas em terrenos elevados ou planos, reunir centenas ou milhares de moradores, possuir equipamentos e mobiliários urbanos diferentes – casas ou apartamentos, algumas vezes os dois –, demonstrar variados níveis de violência e presença do poder público e, ainda, diversas características ambientais” (SILVA, 2005, p. 25).

A mídia contribuiu para a formação de uma identidade em que a favela aparece como “um espelho invertido da civilização” (ZALUAR, in Silva, 2005, p. 30) e “oposta aos anseios de uma cidade moderna, ordenada, civilizada e limpa” (SILVA, 2005, p.30). Para ilustrar este ponto de vista, Silva apresenta uma reportagem de 1909, da revista *Careta*, cujo título é “O Rio desconhecido”, na qual o termo “favela”, surgido pela primeira vez na imprensa, associa-se a trechos onde se lê: “apesar de possuir elementos honestos, a favela é um antro de fascínoras e deve ser arrasada para a decência e higiene da capital federal” (SILVA, 2005).

Valladares inclui os literatos entre os agentes formadores de uma identidade estigmatizada da favela, opondo-a ao restante da cidade:

a gênese do processo de construção das representações sociais da favela remonta às descrições e imagens que nos foram legadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais do início do século XX. Amplamente divulgados naquela época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade (Valladares, 2005, p.28).

Na literatura brasileira, Aluísio Azevedo pinta o retrato “impiedoso” da vida nas habitações populares em *O cortiço*, considerado por críticos como o melhor romance naturalista da literatura brasileira. O que os autores naturalistas tentavam demonstrar, dentre outros fatores, era que o ambiente influencia o comportamento humano. A resenha que acompanha a edição de *O cortiço* produzida por *O Globo*, na Coleção Livros, (1997), classifica a obra como um retrato “implacável da sordidez e dos vícios humanos”, demonstrando, mais uma vez, que grandes clássicos da nossa literatura ajudaram a construir uma identidade, hoje, herança dos moradores da favela.



Figura 2.5- *A Hora do Pão*, de Abigail de Andrade (capa de *O cortiço*, da coleção Livros, de *O Globo*, editada em 1997.)

Os relatos de Euclides da Cunha, no clássico *Os sertões*, com mais de trinta edições, lido por todos os intelectuais da época (VALLADARES, 2005, p.30), tornaram a guerra de Canudos muito presente na memória coletiva.

Desta forma, o imaginário social vem construindo ao longo de um século na história brasileira, a identidade das favelas.

Pesquisas feitas para colher os resultados do programa de urbanização Favela-Bairro, da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, junto à opinião pública dos lugares beneficiados, identificaram que apenas 15% de seus moradores ainda se consideravam morando em favelas. O índice dos que acharam que a favela se transformou em um bairro foi de 54%, com destaque para Vilar Carioca, cujo índice foi de 92%. (Cadernos Favela-Bairro, vol. 4, SMH, 2005).

Já, na pesquisa realizada pelo CEASM, Centro de Estudos e Ações Sociais Solidárias da Maré (2000), na Maré, que ascendeu à condição de bairro carioca desde o final da década de 1980, foi identificado que o percentual de pessoas que não percebem o lugar como bairro é grande. Indagados sobre o que seria necessário para mudar esta visão, as respostas predominantes foram:

A melhoria das condições de serviços urbanos e, principalmente, a conformidade entre as regras da cidade e as da favela; em particular no que diz respeito às práticas e intervenções do poder público quanto às regras de sociabilidade da cidade e as da favela (CEASM, 2000, p.26).

A Maré é ainda é chamada de favela por muitos de seus moradores, pela mídia, pelos demais moradores da cidade e até pelos técnicos da SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo, que não incluem o “bairro Maré” (denominação encontrada no atual Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, publicado pelo próprio órgão) em sua agenda de projetos para melhoria urbana, alegando ser a Maré uma favela, e por isso ser assunto da SMH, Secretaria Municipal do Habitat, como de fato é.

2.6

Maré, o bairro favela

Embora seja considerada, oficialmente, um bairro desde a década de 80 (Censo 2000 – CEASM, p.26), a mídia e grande parte da sociedade, até mesmo moradores da Maré, referem-se ao local como favela ou complexo, como acontece com outros bairros recentes da cidade, Morro do Alemão, Rocinha e Jacarezinho.

Segundo pesquisas do Censo 2000, feito pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, organização não governamental que desenvolve pesquisas e ações sociais na Maré (CEASM, p.26), o que seria necessário para que seus espaços de moradia fossem percebidos como um bairro por seus moradores seria...

...a melhoria das condições dos serviços urbanos e, principalmente, a conformidade entre as regras da cidade e as da favela; em particular no que diz respeito às práticas e intervenção do poder público quanto as regras de sociabilidade da cidade e as da favela, no sentido do reconhecimento e da expansão dos direitos e deveres de cidadania política dos seus moradores no campo cultural, jurídico e econômico (CENSO 2000 – Ceasm – p.26).

2.6.1.

Histórico e localização

O Complexo da Maré se desenvolveu entre a Av. Brasil e as margens da Baía de Guanabara. Seu comprimento é limitado, atualmente, pelo anel viário que liga a Av. Brasil à Ilha do Fundão e do Governador, por um lado, e o Canal do Cunha por outro.

A história da ocupação da Maré está competentemente relatada por Paola Berenstein, no livro “Maré, vida na favela” (2002, editora Casa da Palavra), de onde extraímos um sucinto resumo.

O início da ocupação da Maré se deu na década de 1940, a partir de uma das únicas áreas de terra firme ali existente, de acesso difícil, o atual Morro do Timbau, que era cercada por um imenso manguezal. Com o desenvolvimento industrial ao longo da Av. Brasil, inaugurada em 1946, um crescimento espontâneo e acelerado da população local foi se acomodando pelos imensos manguezais ali existentes, em precárias construções de madeira sobre palafitas

Após 7 anos de ocupação, um regimento militar foi construído nas proximidades e passou a reclamar os seus direitos sobre a área, procurando conter aquela expansão e a controlar o dia a dia da comunidade, que como forma de reação criou, em 1954, uma das primeiras associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro.

Desde então, a comunidade conquistou com dificuldade o direito de fazer melhorias estruturais na região, até que em 1982, durante a presidência de João Figueiredo, um projeto federal de urbanização para toda a região, o Projeto-Rio, modificou definitivamente a condição de moradia no complexo, promovendo a maioria dos aterros, retiradas das palafitas, e distribuindo os títulos de propriedade aos mais antigos moradores.

Programas habitacionais na esfera estadual e municipal, anteriores ao Projeto Rio, ajudaram a aterrar e a povoar o complexo. Em 1960, no governo Carlos Lacerda a atual comunidade de Nova Holanda foi inteiramente implantada em casas padronizadas de madeira, como um Centro de Habitação Provisória (CHP), para receber moradores removidos de outras favelas, principalmente da zona sul e oeste da

cidade. O nome Nova Holanda faz referência ao país que está abaixo do nível, numa comparação com a imensa área de aterro colocada para a implantação das habitações.

.Os antigos moradores do complexo podem aquilatar o grande progresso alcançado pela comunidade, ao comparar o estágio atual de desenvolvimento da região com a dura realidade dos tempos das palafitas. Um esquema da evolução urbana ali ocorrido, publicado por Berenstein (2002, p.22), permite visualizar a proporção de área de manguezal que foi posteriormente aterrada, em parte por iniciativas particulares e em parte pelo poder público:

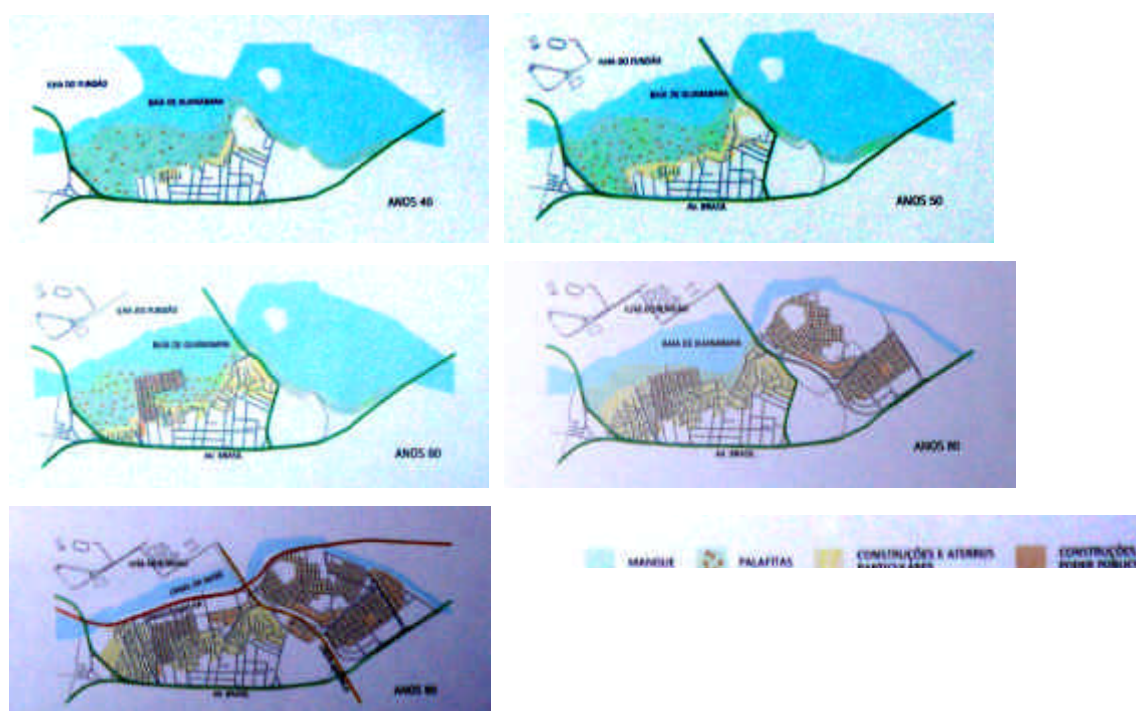


Figura 2.6 - O a ocupação da Maré desde seu início, na década de 40, e a evolução de sua ocupação nas décadas de 50, 60, 80 e 90. Conjuntos habitacionais são implantados pelo poder público, enquanto a ocupação desordenada aumenta a população local para os atuais 132.176 pessoas em 38.273 domicílios (dados:CEASM, 2003, p.35, imagens:Berenstein, 2002, p.22)

Pelo mesmo esquema, podemos ver, na figura dos anos 90 (maior, acima), que a Linha Vermelha foi construída margeando a área aterrada, passando então a limitar

todo o complexo, paralelamente à Av. Brasil, enquanto a Linha Amarela passa sobre sua área, elevada por viaduto.



Figura 2.7 - Linha Vermelha, sentido centro, Complexo da Maré, à direita e à esquerda da avenida o canal

O que se denomina Complexo da Maré é formado por 16 comunidades com diferentes características topológicas e identidades diferenciadas. Está localizado, entre os principais eixos viários da Cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se acessar o Complexo a partir de diferente pontos da Av. Brasil, da Linha Vermelha, e da Linha Amarela. Ele está a poucos minutos do centro da cidade. Pela Av. Brasil os acessos podem ser pela Vila do João, Morro do Timbau e Conjunto Ribeiro Dantas, Pela Baixa do Sapateiro, Por Parque Maré, Por Parque União e Parque Major Rubens Vaz. Pela Linha Vermelha o acesso pode ser pela Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau ou Conjunto Ribeiro Dantas. Pela Linha Amarela: Vila do João, Conjunto Pinheiro e Vila Pinheiro, Conjunto Ribeiro Dantas.



Figura 2.8: Visão panorâmica do conjunto habitacional de Nova Maré, com Baixa do Sapateiro e Nova Holanda ao fundo (após o Brizolão)

2.6.2

Os acessos da Maré

Quem chega à Cidade do Rio de Janeiro pela Av. Brasil não recebe informação de como acessar a Maré, ainda que passe a seu lado. Percebe-se uma visível opção por não promover a localidade, feita pela instituição responsável pela emissão do discurso de orientação da cidade, a Companhia de Engenharia e Tráfego - CET-RIO. Esta afirmação pode ser percebida em conversa com integrantes do setor de Comunicação Social e por pequenos indícios, como o fato da Maré também, ainda ser denominada como favela na página do site da empresa que define a área de atuação da Coordenadoria Regional 3.2, responsável pela área reproduzida abaixo, que inclui a Maré.



Figura 2.9 – Área de Planejamento 3.2 (retirada do site da CET-RIO), uma das subdivisões usadas para o planejamento da sinalização na cidade. A Maré consta como favela

Para a Assessora de Comunicação Social, a empresa ainda não encontrou a maneira de como deve denominar as regiões da cidade reconhecidas como favela. Em sua percepção as comunidades, quando sinalizadas, rejeitam qualquer adjetivação, dando como o exemplo uma placa indicando o acesso para o “Morro do Alemão” que vivia sendo pichada para que somente a palavra “Alemão” pudesse ser lida.

Ao mesmo tempo, ocorrem casos de moradores, da parte dita formal da cidade, entrarem em contato com o órgão para pedir que as sinalizações direcionais de lugares informais, ou de origem informal, contenham a palavra “favelas” explicitamente, funcionando como uma informação de advertência para que não se corra o risco de errar o caminho e parar em um destes lugares.

Na Rua Barão de Mesquita, Tijuca, pode ser observada a indicação direcional para a “Comunidade da Formiga”, onde Formiga mantém o corpo utilizado para “Alto B. Vista” e “B. da Tijuca”, enquanto “Comunidade” é editado com um corpo menor.



Figura 2.10 - Placa direcional indicando a Comunidade da Formiga

O texto impresso na caixa azul indica não se tratar de um bairro, critério usado em toda a cidade, como na indicação do condomínio residencial “Península”, na Barra da Tijuca, cujas dimensões e população quase equivalem a um bairro.



Fig.2.11- Placa direcional indicando o Condomínio Península, Barra da Tijuca

Voltando pela Av. Brasil, no sentido de quem sai da cidade, pode se encontrar uma placa indicando “SESI/SENAI” e “Vila Olímpica da Maré”, mas não “Maré”, na altura da passarela 7 da avenida.



Figura 2.12 - Placa direcional indicando SESI/SENAI e Vila Olímpica da Maré. O bairro Maré não é indicado

Na mesma avenida o acesso para o “Conjunto Esperança” é sinalizado por uma placa fora dos padrões da CET-RIO, instalada por um emissor anônimo, junto a placas publicitárias, também informais.



Figura 2.13- Uma das entradas para a Maré, na Av. Brasil: placas fora de padrão instaladas anonimamente, suprem a ausência de placas oficiais

Fica, de alguma forma, subentendido que ao editar o texto de orientação daquele espaço, a Maré foi excluída por um tipo de julgamento, de que rejeita aquele espaço como parte da cidade e que acredita não haver motivo para orientar os seus acessos, salvo para ir ao SESI-SESC ou à Vila Olímpica.

Quem chega na cidade pela Linha Vermelha encontrará uma placa de identificação, de cor azul, direcionando o “Conjunto Ribeiro Dantas”. E na Linha Amarela, no sentido Ilha do Fundão, a indicação direcional, placa de cor azul, para a “Vila do João”.

Logo, a primeira necessidade detectada por este trabalho é a inclusão do nome Maré nas placas diretivas da região, de cor verde, uma vez que a Maré se constitui em um bairro da cidade, a XXX Região administrativa, a exemplo do que ocorre com os demais bairros do entorno.

2.6.3.

As cinco sub-regiões, objeto de estudo deste trabalho

As comunidades de Parque Maré, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau e Nova Maré são contíguas e delimitam o objeto de estudo desta pesquisa. Foram escolhidas para ser objeto de estudo deste trabalho por estarem na maior comunidade popular da cidade, como já mencionado, apresentarem características morfológicas variadas, e diferentes histórias de implantação.

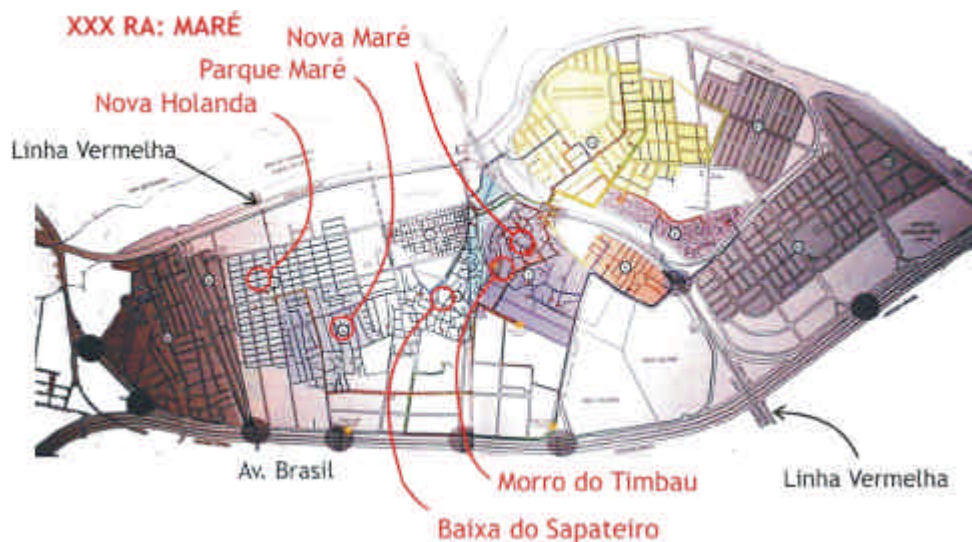


Figura 2.14 - planta do Complexo da Maré(Berenstein, 2002,p.16,17)

Em seu conjunto, estas cinco comunidades também apresentam a questão do conflito pelo poder do tráfico: Parque Maré e Nova Holanda convivem com o domínio do Comando Vermelho, já as localidades vizinhas de Baixa do Sapateiro, Nova Maré e Morro do Timbau, são dominadas pelo Terceiro Comando. A demarcação das áreas de domínio está no chamado, ironicamente, Beco da Paz. As facções têm mantido trégua prolongada, segundo os moradores, o que não impede que se encontrem pessoas ligadas ao tráfico, armadas pelas ruas, até mesmo nos quarteirões próximo ao Batalhão da Polícia Militar em Nova Holanda. Ainda segundo os moradores, os conflitos que acontecem são na grande maioria das vezes com a polícia, quando por algum motivo, os bandidos deixam de pagar o “arrego”.

2.6.3.1

Parque Maré e Nova Holanda

Esta pesquisa de campo se iniciou por Parque Maré, localidade que fica às margens da Av. Brasil. Próximo à avenida está situado o Observatório de Favelas, a Ong cuja equipe viabilizou o trabalho, fotografando o espaço me acompanhando em caminhadas pelas comunidades..

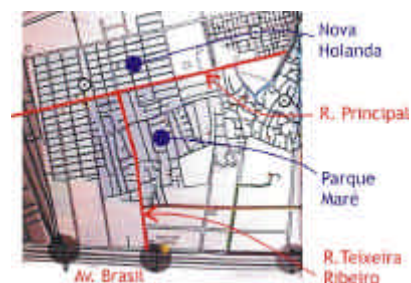


Figura 2.15 - Rua Teixeira Ribeiro. Pedestres na rua, ambulantes e barracas na calçada



Figura 2.16 - Rua Principal. A mais longa rua da Maré

A rua do Observatório chama-se Teixeira Ribeiro, a principal via de acesso da localidade. Inicia na Av. Brasil, desembocando em outra importante via da região, a

Rua Principal, que divide Parque Maré de Nova Holanda. Algumas pessoas discordam quanto aos limites entre as duas regiões.

Existem diversos acessos ao Complexo da Maré, ainda assim, a Rua Teixeira Ribeiro apresenta um grande fluxo de carros, inclusive caminhões, apesar destes veículos serem obrigados a passar em baixa velocidade por ali, pois os pedestres andam pela rua, já que as calçadas são ocupadas integralmente por barracas comercializando diversificadas mercadorias.

A Rua Principal também possui um comércio intenso, mas não tem as calçadas obstruídas como a Rua Teixeira. Sua característica maior é ser a mais longa rua de ligação entre as localidades do Complexo da Maré, cortando quatro favelas: Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Parque Maré, e mais adiante, Parque Major Rubens Vaz.

Pela Rua Principal os trabalhadores saem pela manhã e voltam à tardinha, nos dois únicos horários em que circula o ônibus da linha 128 que vem e vai à zona sul da cidade, fazendo o itinerário do centro da cidade. A quem perde o horário, resta a alternativa das vans, que circulam em abundância pela Maré.



Figura 2.17 – Linha 126, vindo do Leblon e passando pela Rua Principal, de mão dupla, como a Teixeira Ribeiro

Embora não sejam forçadas, como na Rua Teixeira Ribeiro, muitas pessoas também caminham pelo asfalto na Rua Principal.



Figura 2.18 - Apresentação de grupo de dança folclórica na Rua Principal

Por ser extensa, muitas vezes a Rua Principal é palco de atrações, como a apresentação deste grupo de dança regional.

O traçado urbano de Parque Maré, como o da Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau é orgânico, apesar do traçado reto da Rua Teixeira Ribeiro. Já Nova Holanda possui traçado planejado, quadriculado. Isto porque Parque Maré surgiu como uma continuação das áreas da Baixa do Sapateiro, e Morro do Timbau:

Parque Maré foi inicialmente ocupado como uma continuação da Baixa do Sapateiro. Por este motivo, as duas comunidades têm semelhanças formais, como as irregulares das ruas e becos decorrente das antigas pontes que ligavam os barracos sobre palafitas (VARELLA, 2002, p.35).



Figura 2.19 – Becos em Parque Maré, na visão artística do fotógrafo Ratão Diniz, arquivo do Observatório de Favela

Nova Holanda, como já foi dito, foi inteiramente planejada e construída pelo poder público na década de 1960, no governo de Carlos Lacerda, sobre um imenso aterro realizado ao lado do Parque Maré, por isso, até hoje apresenta “a regularidade e a ortogonalidade dos conjuntos habitacionais modernistas, racionais e cartesianos” (VARELLA, p.39).



Figura 2.20 – Vista dos quarteirões ortogonais de Nova Holanda pela varanda do CEASM à esquerda. Ao lado, os fundos do Batalhão da Polícia Militar, voltado para o complexo

2.6.3.2

Baixa do Sapateiro, Nova Maré e Morro do Timbau



Figura 2.21 – a Rua Principal (em vermelho) terminando na Praça Dezoito, na Baixa do Sapateiro

Caminhando até o final da Rua Teixeira Ribeiro, em Parque Maré, virando à direita na Rua Principal, caminha-se até a Baixa do Sapateiro. Ao passar pelo Beco da Paz, como dissemos, a área passa a ser controlado pelo Terceiro Comando. Nem sempre se percebe o quanto a área é vigiada pelos soldados do tráfico, mas perto da Praça Dezoito, onde se localiza a XXX RA (fig.5.1) e a Light, pode se perceber marcas de trocas de tiros.



Figura 2.22 – Totem de identificação da Light: marcas da violência na região

Apesar de se encontrar numa área plana, o traçado da Baixa do Sapateiro é mais irregular que no Morro do Timbau. Berenstein (2002) explica que há uma razão para isso:

(...) o fato de ter sido uma área alagadiça com grande parte de suas construções sobre palafitas. As pontes de tábuas que ligavam os barracos em madeira, construídos sobre as águas, transformaram-se, no momento dos aterros, em um verdadeiro labirinto, um conjunto de becos e vielas intrincado e confuso, hoje aparentemente aleatório (BERENSTEIN, 2002, p.31).

A maior parte do Complexo da Maré ficava no meio de áreas alagadiças e de mangue, entre as águas da baía de Guanabara (VARELLA, 2002, p.25).



Figura 2.23 - Foto da época das palafitas sobre os mangues (fonte:Censo 2000)

Todas as áreas das palafitas foram aterradas e está limitada atualmente pela Linha Vermelha. Às suas margens foi construído um recente conjunto habitacional, com casas de tijolinhos, batizado de Nova Maré. Sua arquitetura agradável recebe duas críticas importantes aos olhos dos moradores da Maré: as paredes são estruturais, dificultando modificações e novos pavimentos e a ausência da laje que também impossibilita a progressão vertical para abrigar o crescimento futuro da família. Alguns consideram o conjunto como pertencente à Baixa do Sapateiro, outros como uma outra localidade.



Figura 2.24 - Visão de Nova Maré e sua arquitetura de telhados e tijolinho

Conta-se que a ocupação de todo o Complexo se iniciou pelo Morro do Timbau. O nome Timbau vem de *thybau*, “entre as águas na língua tupi-guarani.

O Morro do Timbau era uma das únicas áreas originalmente secas da região (BERENSTEIN, 2002). Grande parte das ruas seguem as curvas de nível do morro, o que é comum em favelas que ocupam encostas de morros. O Timbau também possui um tecido urbano labiríntico, com muitas ruas sem saída, mas possui uma densidade habitacional baixa, se comparado com outras favelas.



Figura 2.25 – Morro do Timbau: densidade habitacional baixa para uma favela, segundo Bereinstein (2002)

2.6.4

A orientação no espaço público da Maré, seus emissores e receptores

Na Maré, como em outras áreas que desenvolveram um tecido urbano extremamente orgânico, pela maneira informal de suas construções, o alcance do carro é restrito. Algumas vielas e becos não possuem largura suficiente para permitir o seu acesso. Motocicletas, bicicletas e pedestres predominam e caminham, muitas vezes, lado a lado, sem divisão entre calçada e rua. Em outros bairros da cidade, os carros são bem mais utilizados, mesmo para os pequenos trajetos. Também é menor o percentual de proprietário de veículos motorizados entre os moradores da Maré, se comparado aos bairros da cidade oficial, o que em nada afeta a intensa movimentação entre as diferentes comunidades.



Figura 2.26 - Uma viela estreita na Maré, uma característica freqüente na urbanização dos espaços informais

Mesmo nas vias mais largas os carros circulam com atenção, pois os pedestres caminham no meio da rua, se misturando ao trânsito de veículos; hábito proveniente do fato das calçadas, serem ocupadas por barracas vendendo todos os tipos de produto, muitos deles da cultura nordestina.



Figura 2.27 - Apesar da boa largura da caixa de rua, vários pedestres não caminham pela calçada

Sendo assim, a divisão tradicionalmente feita entre a STU – Secretaria de Transportes Urbanos, através da CET-RIO e a SMU – Secretaria Municipal Urbana, através do IPP, dividindo suas área de atuação nos logradouros pelos meio-fios, ficando com a CET-RIO a responsabilidade da gestão do sistema viário de trânsito, e o IPP com as informações do nome de logradouros e da definição e gestão dos mobiliários urbanos instalados nas calçadas, inclusive os MUPIs – Mobiliário Urbano Para Informação, onde são veiculadas campanhas publicitárias*², dificultaria a obtenção de um resultado harmonioso, no espaço adensado das áreas pesquisadas. Tenderiam a aproximar e entrelaçar suas mensagens produzindo conflitos que seriam evitados através de uma gestão conjunta da comunicação de orientação naqueles espaços públicos. Esta maior coordenação da comunicação de orientação seria interessante para toda a cidade.

No atual momento, não se percebe a presença do IPP e seus mobiliários urbanos na Maré, questão que será abordada adiante, enquanto a CET-RIO já sinaliza a localidade através da Coordenadoria Regional 3.2.

2.6.4.1

Comunicação de orientação viária das áreas estudadas

A comunicação de orientação viária do bairro Maré, constituída pelas sinalizações de trânsito e as placas direcionais, a exemplo de todos os bairros da cidade, está a cargo da SMT, através da CET-RIO.

Internamente, o bairro Maré não aparenta ser menos sinalizado que outros bairros do subúrbio carioca, cuja insuficiência de sinalização é admitida pela própria CET-RIO. Vários são os motivos além da falta de verba. A implantação das placas é

² Tanto os serviços geridos pela CET-Rio, quanto pelo IPP, são, em sua maioria terceirizados.

apenas o início de um trabalho que requer manutenção constante e uma grande reposição em decorrência de deteriorações, e, principalmente, depredações e roubo.

A CET-RIO usa placas padronizadas, que muitas vezes parecem excessivamente grandes para a escala local, como a placa de advertência para travessia de escola (foto seguinte). Ao receber informação verbal complementar e assumir a forma retangular, fica espremida entre o meio fio e a marquise. Apesar de estar em uma rua relativamente larga, as calçadas estreitas fazem com que o meio fio fique próximo das paredes nos alinhamentos, deixando de ser apropriado para a fixação das placas, se estas forem colocadas nas dimensões padronizadas pela SMT.



Figura 2.28 - Placa de advertência com texto adicional

Em outro exemplo, a placa direcional e indicativa de bairro (abaixo), voltada para os veículos, fica prensada entre o meio fio e a fachada de uma barbearia na esquina da Rua Principal com a Rua Teixeira Ribeiro.

A Rua Principal liga diversas localidades distintas, dentro da Maré. A região acima está situada na fronteira entre Parque Maré e Nova Holanda, duas das dezesseis comunidades da Maré que não são consideradas pela CET-RIO, provavelmente por serem delimitações pequenas demais para se configurarem como um lugar, na escala habitual da cidade.



Figura 2.29 - Placa direcional na fronteira entre Parque Maré e Nova Holanda, localidades da Maré desconsideradas pela CET-RIO

No entanto, os moradores da localidade demarcam claramente as diferentes sub-regiões e suas respectivas identidades, talvez com a mesma, ou até maior ênfase que os diferentes bairros das cidades, ainda que sejam geograficamente pequenas.

Outra questão que cabe salientar diz respeito às instituições do bairro Maré. Elas não são sinalizadas. A placa direcional azul indicando a XXX Região Administrativa (com a posição das letras invertidas) é uma das poucas placas informando a localidade de órgãos públicos ou não governamentais dentro das cinco sub-áreas estudadas.



Figura 2.30 – Placa indicando a RA, com as letras invertidas, e a sede da RA na Baixa do Sapateiro

O CEASM, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, em publicação de 2004, lista uma série de instituições da Maré, entre associações comunitárias,

instituições religiosas, escolas, organizações governamentais e não governamentais, importantes na vida da comunidade, que não são sinalizadas. Acreditamos caber a XXX RA canalizar as necessidades de informação da localidade, fazer as solicitações à CET-RIO, e pressionar para que seja atendida. Um procedimento comum a toda a cidade. Assim podemos perceber sinalizações direcionais de estabelecimentos e órgãos, em azul, se espalhando de forma, até, pouco criteriosa, orientando e ao mesmo tempo divulgando, diversos estabelecimentos comerciais, como academias, clubes e shoppings, enquanto diversas escolas municipais e outros órgãos públicos, como a própria sede da SMT, em Botafogo, deixam de ser sinalizados.

As funções de comunicação foram analisadas em capítulo anterior, quando se chamou a atenção ao “contrato fiduciário” entre o enunciador e o enunciatário no sistema de sinalização, que diz respeito à autoridade que se credita ao emissor de determinada mensagem.

Como é sabido, o estado possui um poder limitado dentro de lugares como a Maré, onde a comunidade está acostumada a intervir no espaço público, através de seus líderes, como as Associações de Moradores, que muitas vezes se atribuem a autoridade de ingerência para, por exemplo, fixar uma placa com alguma orientação.



Figura 2.31 - Placas regulamentares e função do poder fiduciário na questão do reconhecimento da autoridade de trânsito

A questão do poder não pode deixar de fora, evidentemente, o poder do tráfico de drogas, que atua restringindo o poder de ir e vir na Maré e que acaba exercendo influencia sobre as Associações de Moradores e outras entidades que atuam na região.



Figura 2.32: Sinal de violência na Rua Evanildo Alves

2.6.4.2

Informação do nome das ruas e becos nas áreas estudadas

O nome das ruas na Maré é fixado nas esquinas, por meio de placas de diferentes formatos. Algumas instaladas pela prefeitura seguem o padrão básico encontrado em muitas ruas da cidade, metálicas, com letras brancas sobre fundo azul escuro:

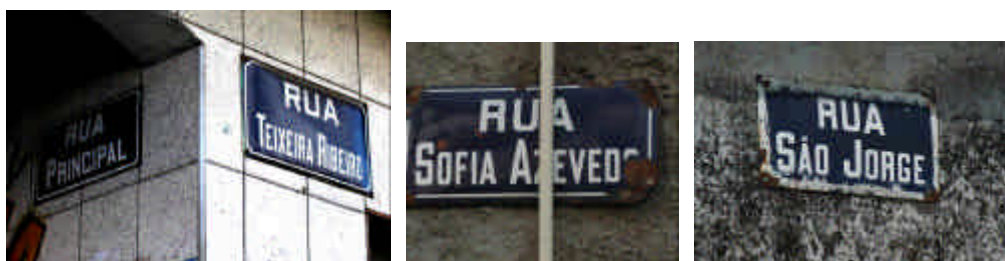


Figura 2.33 - Placas de acordo com o padrão da cidade

No entanto, muitas são as esquinas que são denominadas com placas fora dos padrões, por iniciativa da Associação de moradores, dos próprios moradores da rua, ou como cortesia política, como no exemplo da Rua Ari Leão e Rua Santo Antônio (fotos centrais abaixo).

O padrão da prefeitura influencia muitas placas informais, seja pelo fio de contorno branco, seja pela cor azul de fundo, ou somente pelo tamanho e posicionamento. Exemplos mais autênticos e improvisados também são encontrados, como o da Rua Guatemala que acrescenta o componente direcional, em sua forma de seta, o Beco São Francisco pichado na parede:



Figura 2.34 - Placas e informações colocadas pela comunidade

O Instituto Pereira Passos é o órgão público responsável pelas instalações de placas mais elaboradas, nas esquinas das rua dos bairros. O projeto da nova sinalização de logradouro, por exemplo, que em breve será implantado na cidade, foi projetada para o Instituto pelo designer Cláudio Novaes. O projeto prevê publicidade, recurso que poderia ser capitalizado para a melhoria urbana da localidade. Talvez por influencia dos pirulitos atuais, alguém na Maré tenha escolhido posicionar a placa de rua da Rua Carmelita Custódio em um poste de esquina:



Figura 2.35 - Projeto das novas identificações de rua da Cidade do Rio de Janeiro, projeto do designer Eduardo Novaes para o IPP. Um redesenho dos já conhecidos “pirutitos” e poste de esquina na Maré com placa da SMU

O IPP, que é responsável pela implantação de equipamentos urbanos e diversos tipos de comunicação para orientação do espaço urbano, como poderá ser visto no capítulo seguinte, ainda não iniciou sua atuação na Maré, embora o bairro já esteja oficializado desde o final da década de 80. O Instituto pode contribuir muito para a melhoria da qualidade de vida nesses novos bairros orgânicos, mas parece ainda estranhar esta nova escala urbana. A contar pelo que relata em seu Plano Diretor atualmente em vigor, como também veremos no próximo capítulo, parece estar consciente dessa sua nova responsabilidade.

2.6.4.3

Informação da numeração das casas nas áreas estudadas

Algumas vezes a denominação das ruas aparece junto com a numeração das casas, fazendo com que não estejam apenas nas esquinas. O nome de Rua da Paz

divide parece conter um espírito irônico, uma vez que divide o território de dois comandos do tráfico rivais.



Figura 2.36 - Placas de residências incluindo o nome da rua, colocadas pelos próprios moradores

Na Maré, como em qualquer parte, a numeração das casas adquire uma característica identitária, individualizada, que pode em alguma medida retratar aspectos de quem ali reside. É comum em uma construção com mais de um pavimento encontrar o mesmo número de placas na fachada que o número de residências, (abaixo, esquerda). No número 663, o apto 203 aparece em destaque, o qualificando sutilmente. É comum nas localidades informais, a propriedade ir subindo à medida que os filhos se casam, aumentando a família. Também é comum que um proprietário venda seu imóvel, mantendo porém o direito de construir sobre sua laje. Desta forma, muitas vezes, os moradores dos sobrados são proprietários e alugam os imóveis de baixo.



Figura 2.37 - Placas de residências

Quando os relógios medidores de energia elétrica são instalados na fachada, a numeração precisa estar próxima, como vemos na terceira imagem (acima). E finalmente, um exemplo de identificação improvisada com o nome da moradora, que parece ser conhecida.

2.6.4.4

Outras comunicações no espaço urbana nas áreas estudadas

Os estabelecimentos comerciais buscam também serem identificados por seus nomes. Desta maneira, tornam-se muitas vezes referências de orientação no espaço urbano. No exemplo abaixo, a padaria assume o nome da rua onde se localiza.



Figura 2.38 - Padaria com o nome da rua



Figura 2.39 - O açougue “Planeta das Carnes”, que vemos a seguir, faz sua identificação através de uma faixa promocional em que demonstra reconhecer a Maré como bairro



Figura 2.40 - Casa de Cultura e Museu da Maré. Grafites como identificação



Figura 2.41 - Pequenos estabelecimentos: pontos de referência

A comunicação para orientação no espaço público pode ser emitida informal e anonimamente, como no exemplo seguinte, onde o apelo ganha ares de dramaticidade pelo tamanho do texto.



Figura 2.42 - Mensagens restritivas

O emissor da comunicação de cada lugar deve funcionar como uma espécie de anfitrião, que apresenta os pontos que julgue importante naquele espaço. Este julgamento irá editar a mensagem sobre aquele lugar, promovendo ou omitindo informações. Por esta razão, o olhar estranho ao lugar, dos técnicos da CET-Rio, precisam buscar em cada trecho da cidade, o ou os responsáveis pela emissão local, o olhar de dentro.

Além disso, ainda que todos os códigos das comunicações de orientação do espaço urbano utilizada na cidade como um todo sejam mantidos, uma adaptação de escala se faz necessário para adequar à realidade adensada e orgânica das localidades estudadas.